

**EDITAL Nº 271/2023**

Dispõe sobre procedimentos e prazos para fins de Ascensão Funcional por Desempenho, interstício 01.06.2022 a 31.05.2023.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 9º e 10 da Lei estadual nº 13.551, de 29 de dezembro de 2004, com redação dada pela Lei estadual nº 13.577, de 20 de janeiro de 2005;

CONSIDERANDO as previsões legais dispostas nos arts. 26 e 27 da Lei estadual nº 14.786, de 13 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 07, de 12 de abril de 2007, alterada pela Resolução nº 19, de 13 de dezembro de 2007, que trata da regulamentação do sistema de progressão e promoção funcionais dos servidores regidos pela Lei nº 13.551/2004;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução do Órgão Especial nº 13/2017, de 13 de julho de 2017, que regulamenta a promoção e progressão funcionais dos servidores regidos pela Lei nº 14.786/2010;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2023/2023 (DJe 30/08/2023), que dispõe sobre a concessão de promoção automática, promoção por antiguidade e progressão por antiguidade dos servidores efetivos do Quadro III – Poder Judiciário, referente ao interstício 01/06/2022 a 31/05/2023.

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo nº 8513670-64.2023.8.06.0000 e o trâmite do processo de Ascensão Funcional a ser realizado no sistema AdmRH, utilizando-se o Portal do Servidor;

RESOLVE:**1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

1.1 Tornar público o processo de Ascensão por Desempenho dos servidores ocupantes dos cargos efetivos do Quadro III - Poder Judiciário do Estado do Ceará, referente ao **interstício de 01/06/2022 a 31/05/2023**.

1.2 O processo será composto por **duas fases distintas e obrigatórias**, sendo a primeira o cadastramento, inclusão e efetivação dos certificados das capacitações, e a segunda, a adesão à ampla concorrência.

2. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste processo todos os servidores efetivos, que não tenham sido contemplados com o benefício da Antiguidade, constantes na Portaria nº 2023/2023 (DJe de 30/08/2023).

2.2 Os servidores em estágio probatório são impedidos de participar deste processo.

3. DA PRIMEIRA FASE: INCLUSÃO DOS CERTIFICADOS E VALIDAÇÃO

3.1 O servidor deverá, dentro do prazo estipulado por este Edital, realizar a inclusão de todos os seus certificados de capacitações referentes ao interstício de 01/06/2022 a 31/05/2023, no Portal do Servidor do ADMRH, na aba “Atualização Cadastral” no campo “Cursos de Capacitação”.

3.2 O Portal do Servidor está disponível na página da intranet e o acesso é possibilitado pela matrícula e senha de rede.

3.3 Para que os certificados incluídos no Portal do Servidor sejam considerados válidos, são obrigatórias as seguintes informações:

- I- Nome do curso;
- II- Dados do participante;
- III- Carga Horária;
- IV- Data de Conclusão; e
- V- Assinaturas necessárias.

3.4 Os certificados válidos serão efetivados pela Comissão de Ascensão Funcional no sistema ADMRH e os considerados não válidos excluídos do sistema.

3.5 Mesmo que o servidor já tenha realizado o cadastro de certificados em outro momento, deverá cadastrar novamente dentro do prazo deste Edital, para contabilizar no interstício de 01/06/2022 a 31/05/2023.

3.6 São de inteira responsabilidade do servidor os procedimentos necessários à inclusão dos seus certificados de capacitação para participar da primeira fase do processo de Ascensão por Desempenho.

3.7 O prazo para a realização de todos os procedimentos de cadastramento e inclusão de certificados é de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de disponibilização deste Edital, ficando excluído deste processo de Ascensão Funcional o servidor que não cumprir este prazo.

3.8 Apenas para os servidores que estão participando pela primeira vez do processo de Ascensão Funcional, é permitido o cadastramento e inclusão de certificados de capacitações realizadas anteriormente ao interstício em apuração.

4. DA SEGUNDA FASE: ADESÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA

4.1 Concluída a validação dos certificados, terá início a fase de adesão à ampla concorrência.

4.2 O servidor deverá realizar a adesão referente ao interstício de 01/06/2022 a 31/05/2023, utilizando o Portal do Servidor, sendo de sua inteira responsabilidade os procedimentos necessários à participação na segunda fase do processo de Ascensão por Desempenho.

4.2.1 O servidor deve acessar o Portal do Servidor utilizando sua matrícula e senha de rede, aba Ascensão – Servidores e efetivar sua adesão à ampla concorrência.

4.2.2 O servidor que não fizer a adesão no prazo estabelecido pela Comissão de Ascensão Funcional não participará da Ascensão por Desempenho, mesmo que tenha participado da primeira fase do processo.

4.2.3 O prazo para a fase de Adesão será divulgado via Edital, após a validação a que se refere o **item 3** deste Edital.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Concluídas as fases anteriores, será publicado edital de classificação provisória, com respectivo prazo para recurso.

5.2 A Comissão de Ascensão Funcional realizará ação on-line para tirar dúvidas referentes às fases do processo de Ascensão por Desempenho, em data a ser amplamente divulgada.

5.3 O servidor poderá obter informações e esclarecer dúvidas referentes a este Edital por meio da Central Interna de Atendimento, fazendo uso do WhatsApp Business **(85) 98231-8084**.

5.4 Os casos omissos serão submetidos à Presidência do Tribunal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ,
Fortaleza, 19 de outubro de 2023.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará